

Capítulo IX

Economia solidária

Uma das conseqüências da **globalização** foi o aumento do desemprego e da exclusão social, principalmente nos países em desenvolvimento como o Brasil. Para o IPES e demais parceiros nas ações em curso na região São Marcos, a construção de Municípios/ Comunidades Saudáveis depende, neste cenário social, de programas e políticas públicas consistentes de geração de emprego e renda. É nesse sentido que os pesquisadores do IPES consideram extremamente interessante o avanço da chamada **economia solidária**, como alternativa ao processo econômico capitalista típico.

Os conceitos da economia solidária avançaram muito no Brasil nos últimos anos, a partir de reflexões de pesquisadores como Paul Singer, Antônio Cruz e José Ricardo Tauile. Na interpretação de Singer, a economia solidária não é fruto da criação intelectual de ninguém em particular, mas uma “criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”. Singer assim resume os resultados históricos do processo de construção da economia solidária pelos trabalhadores:

“1. homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas; 2. pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles; 3. assalariados se associam para adquirir um conjunto de bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; 4. pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários; 5. os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação *etc*”.

Embora faça uma crítica aos rumos seguidos pelo movimento,

Singer destaca que o cooperativismo é uma das modalidades históricas de economia solidária, a partir da cooperativa de consumo criada em 1844, na cidade inglesa de Rochdale, por operários do setor têxtil. Esses trabalhadores se reuniram para construir um armazém com o objetivo de melhorar a qualidade dos alimentos e reduzir os custos dos produtos. Estes são os oito princípios dos cooperados de Rochdale, lembrados por Singer e que continuam valendo para o cooperativismo depois de quase 160 anos:

“1. haveria democracia na sociedade, para cada sócio um voto; 2. a sociedade seria aberta para quem quisesse participar, desde que integrasse a cota de capital mínima igual para todos; 3. qualquer dinheiro investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juro, mas não daria a seu possuidor qualquer direito adicional de decisão; 4. tudo que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive o juro, seria distribuído entre os sócios em proporção às compras que fizessem na cooperativa; 5. todas as vendas seriam à vista; 6. os produtos vendidos seriam sempre puros e de qualidade; 7. a sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo; 8. a sociedade seria neutra política e religiosamente.”

Uma das características da empresa de uma economia solidária, segundo Singer, é a autogestão, ou seja, a gestão pelos próprios “donos” da empresa, que são os próprios trabalhadores. “Sendo as decisões coletivas, a experiência de todos os sócios pode ser mobilizada, e esta será sempre muito maior que a experiência duma cúpula, que na empresa capitalista concentra o poder de decisão”, diz o autor.

Na avaliação de Singer, é fundamental a integração de várias empresas solidárias, como condição de participação em situação de igualdade no competitivo mundo capitalista. Um conjunto de empresas solidárias, observa, possibilita maiores condições de crédito, financiamento, transporte e assessoria do que no caso de pequenas empresas solidárias agindo isoladamente. Singer cita o caso do Complexo Cooperativo de Mondragón, na Espanha, formado por mais de 100 cooperativas de produção e que conta com um grande Banco (Caja Laboral Popular), uma das maiores redes de supermercados do país, universidade e diversas cooperativas de pesquisa tecnológica. Outras regiões, como o norte da Itália, na região de Milão, e a de Quebec, no Canadá, também se destacam pela força adquirida por suas empresas solidárias.

No Brasil, a economia solidária naturalmente evoluiu a partir da forte crise econômica dos anos 80, coincidindo com o momento da redemocratização do país. Foi a época do movimento das diretas-já, que pedia as eleições diretas para presidente da República, mas também o momento do crescimento de movimentos de donas de casa contra a carestia, de consumidores e das primeiras grandes iniciativas da economia solidária em território brasileiro.

Em 1994, foi criada a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (Anteag), reunindo trabalhadores de empresas solidárias. Em meados da década de 1990, também nasceram as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), ligadas fundamentalmente a Universidades. Já existem Incubadoras em cerca de 15 Universidades brasileiras e todas estão reunidas na Unitrabalho, fundação com mais de 80 universidades filiadas e que apóia iniciativas de trabalhadores. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical brasileira, também está aumentando sua participação no setor, por meio da sua Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), que age em parceria com a Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos (DIEESE).

Em alguns estados, como o Rio Grande do Sul, o cooperativismo de base popular tem uma participação especialmente marcante. A Central das Cooperativas Populares do Rio Grande do Sul já reúne mais de 130 cooperativas, reunindo cerca de 10 mil trabalhadores. Segundo Cruz, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que tem uma orientação mais tradicional, “informa a existência de 6.000 cooperativas filiadas a ela (haveriam 16.000 registros de CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas específicos de cooperativas) agregando uma teia de 6 milhões de pessoas no Brasil”. Cruz avalia que, estimando que apenas 10% desses empreendimentos preservem as características típicas da economia solidária, e considerando uma média de cooperados de 100 trabalhadores por empreendimento, “teríamos aí cerca de mais de mais 120 mil pessoas organizadas em iniciativas de economia solidária”.

Considerando outras iniciativas, como a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), ligada ao Movimento dos Sem Terra (MST), as empresas reunidas na Anteag e

na Unitrabalho, Cruz estima a possível existência de cerca de 448.500 trabalhadores em economia solidária no Brasil.

O pesquisador também estima que, considerando uma População Economicamente Ativa (PEA) ocupada no Brasil de 66 milhões de pessoas, a economia solidária responderia então por “infimos 0,75% da PEA ocupada, organizada segundo seus princípios”. Estes números estimados dão idéia do campo aberto para a proliferação de empreendimentos de economia solidária no Brasil. Cruz entende que a disposição de organizações como a Cáritas do Brasil, Sebrae, FINEP e dos próprios governos municipal, estadual e federal podem levar a uma multiplicação de iniciativas de economia solidária no País. O pesquisador destaca o papel das Universidades nesse processo, como importante agente estimulador e capacitador.

É neste contexto que o IPES considera totalmente viável, e além disso recomendável, a multiplicação de iniciativas de economia solidária em cidades de porte metropolitano como Campinas. Algumas propostas básicas nesse campo:

- **Apoio a iniciativas populares** – É fundamental apoiar as iniciativas nascidas da própria organização popular, como cooperativas de reciclagem de resíduos e de consumo que têm sido criadas em várias cidades. Propostas de ação: estímulo a novas cooperativas de reciclagem, consumo e outras; fomento a iniciativas como o Centro de Referência em Cooperativismo, criado em Campinas com o objetivo de apoiar e respaldar as novas cooperativas e as já existentes.

- **Envolvimento da Universidade** – Dentro da perspectiva da pesquisa/ação, é fundamental o maior envolvimento da Universidade com as iniciativas de economia solidária. Propostas de ação: incentivo à criação de novas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) ligadas às Universidades, como a já existente na Unicamp; envolvimento de pesquisadores e alunos de Universidades em iniciativas de economia solidária, visando o seu fortalecimento, por meio por exemplo de estudos de mercado, diagnósticos de tendências etc.

- **Economia solidária e educação** – Os princípios da economia solidária, para serem fortalecidos, dependem de maior divulgação e assimilação. Nesse sentido, o processo educacional é estratégico. Propostas de ação: elaboração de material didático, para todos os níveis de ensino, com os conceitos da economia solidária; preparação de materiais como jogos, peças de teatros e outros, para facilitar divulgação dos princípios da economia solidária.

Muitas das propostas em Saúde Comunitária, Educação Continuada e Economia Solidária, associadas ao Programa Municípios/ Comunidades Saudáveis já estão em desenvolvimento na região do São Marcos. Outras propostas, em especial aquelas no âmbito da Economia Solidária, ainda dependem, e muito, de vontade e ação política e de uma atuação mais coordenada entre os diversos setores envolvidos, como as organizações da própria comunidade, o setor público, empresas e a Universidade. Um balanço sobre o que já foi feito e um panorama dos desafios colocados a todos os envolvidos, como lideranças comunitárias, agentes de saúde e pesquisadores universitários, foram possíveis no III Encontro Comunidade Saudável, realizado entre 5 e 8 de maio na Unicamp. Por todas as suas características, o Encontro foi um marco na trajetória da construção de uma Comunidade Saudável em uma das regiões com maiores desafios sociais da Região Metropolitana de Campinas.

A economia solidária: geração de trabalho e renda através da união

Antônio Cruz

*Professor da Universidade Católica de Pelotas (RS) e
Doutorando no Instituto de Economia da Unicamp.*

Todos sabem que o desemprego é dos principais problemas do Brasil de hoje. Suas causas são muito discutidas e envolvem problemas que são do nosso país, mas também outros problemas que são mundiais.

Em outras palavras: há algo na economia do mundo de hoje que produz desemprego em massa e em países como o Brasil – ou a Argentina, por exemplo – estes problemas são mais graves. A ONU calcula que existam hoje cerca de 300 milhões de pessoas desempregadas no mundo e isto é quase duas vezes toda a população do Brasil. Em nosso país, os desempregados são aproximadamente 12 milhões de pessoas.

Segundo as pesquisas sobre o assunto, uma parte desse desemprego é resultado da introdução das novas tecnologias na economia mundial. Graças a um grande número de novas e poderosas máquinas, os trabalhadores produzem mais coisas em menos tempo. Isto se chama “aumentar a produtividade do trabalho”. Mas, menos trabalho exige menos pessoas trabalhando... E isto significa que menos pessoas têm dinheiro para comprar as coisas que são produzidas pelos trabalhadores que conseguem ficar no seu emprego... E isto pode gerar ainda mais desemprego.

Além disso, países como o Brasil – ou outros países que não fazem parte do “mundo rico”, como os Estados Unidos, o Japão ou a França – têm grandes dificuldades com suas economias. Possuem pouca tecnologia e isto dificulta que seus produtos tenham bons preços para serem vendidos nos outros países. O Brasil, assim como a Argentina e os outros países da América Latina ou da África, precisam ainda pagar pesadas dívidas com outros países ou bancos estrangeiros ou mesmo com o famoso FMI, trazendo ainda mais dificuldades. Um outro problema é a chamada “concentração de renda”: como pouca gente tem dinheiro para comprar produtos (porque poucas pessoas têm muito dinheiro e muita gente não tem nenhum), a produção acaba sendo

destinada aos poucos que podem comprar; isto é, se mais gente tivesse mais dinheiro para comprar, isto exigiria mais produção e geraria mais empregos.

Ora, do ponto de vista dos desempregados, a gente sabe como funciona a vida nesta situação: se não arranjar um emprego, o desempregado precisa “se virar sozinho”, fazer um bico aqui e outro ali, vender alguma coisa pela rua, pedir a ajuda de alguém. Se não conseguir, sua situação fica muito ruim e muitas vezes o resultado já se sabe: ele pode cair na bebida ou nas drogas, ou pior ainda, apelar para o crime. E pior: isto se reflete ainda sobre tudo que tem a ver com a vida das pessoas: problemas de saúde, conflitos familiares e assim por diante. Não é à toa que quanto mais o desemprego cresce, maior é a violência nas cidades...

Enfim, o resultado de tudo isto é que acabamos vivendo numa sociedade que, prestando atenção, parece muito estranha: há quem trabalhe e por isto tem dinheiro para comprar as coisas que são produzidas (pelo seu trabalho e pelo trabalho dos outros); mas tem um grande número de pessoas que gostaria de trabalhar e comprar, mas não consegue fazer isto.

Se assim como o primeiro grupo – que trabalha e consome –, as pessoas desempregadas pudessem trabalhar, produzindo algo que fosse útil para outras pessoas, então elas poderiam vender seus produtos e comprar outros, gerando outros empregos.

Parece fácil, não? Mas por que isto não acontece?

O primeiro grande problema, claro, tem a ver com a política: é preciso resolver o problema da dívida externa, diminuir a concentração da renda, garantir o acesso a terra para as pessoas que vivem no campo, e até mesmo investir em tecnologia brasileira, que seja realmente nossa. Estas coisas exigem que se contrariem muitos interesses. Que se deixem de lado os privilégios dos poderosos de sempre, daqui e do estrangeiro. Mas estas decisões nem sempre estão ao nosso alcance. Podemos eleger governantes preocupados e comprometidos com estas mudanças, mas elas podem demorar a chegar, e o problema do desemprego “é para ontem”.

Um segundo grande problema é que as pessoas que teriam dinheiro para abrir novos negócios nem sempre estão dispostas a correr

riscos. Com medo de perder o dinheiro que seria investido, preferem ficar com ele guardado no banco, recebendo juros que quase sempre são pagos pelo governo.

Por fim, as pessoas mais interessadas em trabalhar – os desempregados – não têm dinheiro para começar um negócio. E se tivessem, correriam os mesmos riscos no seu investimento. E além disso, de modo geral, não sabem como tocar um negócio, isto é, sabem pouco sobre contabilidade, leis, marketing e essas coisas todas que se precisa saber para ter seu próprio negócio.

É verdade que negócios bem pequenos – uma carrocinha de cachorro quente ou uma banca de camelô, por exemplo – não exige todos esses conhecimentos. Porém mesmo esses pequenos negócios exigem algum dinheiro e algum conhecimento (e na maioria dos casos, até uma certa “malandragem”, no sentido positivo da palavra). Porém, nesses casos, quase sempre a concorrência é muito grande e o dinheiro que se ganha mal dá para viver. Basta perguntar para alguém que já tentou ou que trabalha nestas condições.

Por isto, nos últimos anos, muitas pessoas vêm tentando uma outra saída. Juntar o pouco que têm em disposição, em dinheiro e em conhecimento, para tentar um negócio de vários sócios. Por exemplo: recolhedores de papelão que descobrem que ganham mais se venderem juntos o que for recolhido; costureiras que se associam para abrir uma lojinha onde podem vender roupas e receber encomendas; trabalhadores da construção civil de diferentes profissões (pedreiro, eletricitista, marceneiro etc.) que se juntam e formam uma pequena empreiteira...

Geralmente, estes negócios costumam dar certo se seus participantes estiverem atentos para algumas questões importantes:

1. é preciso que as pessoas saibam trabalhar em conjunto; não quer dizer que não existam brigas, mas que elas saibam se respeitar durante a desavença e saibam fazer as pazes em seguida, independente do resultado das discussões (não é assim que funciona um casamento?);

2. é preciso que todos saibam que ninguém é patrão ou empregado: se alguém quiser ser patrão, precisa ter dinheiro para isto e nesse caso, não precisa de sócios; mas se todos são iguais, todos devem ter o mesmo poder de decisão;

3. é preciso que o negócio tenha competência: que se saiba como trabalhar, como vender, como organizar a contabilidade, como fazer um pouco de propaganda, como melhorar o produto ou o serviço que está sendo realizado.

Algumas vezes, quando estes “negócios” reúnem pessoas que já trabalhavam sozinhas antes, se formam “associações”. Quando o número de pessoas é grande, às vezes, nasce uma cooperativa. Em outros casos, os trabalhadores de alguma empresa falida conseguem na justiça a posse da empresa em virtude de alguma dívida trabalhista.

Tanto faz a forma “legal” (ou “jurídica”) que toma o negócio, se é uma associação, uma cooperativa ou apenas uma empresa de uns poucos sócios. Mas quando a coisa funciona da maneira que falamos mais acima, em que todos os trabalhadores são sócios, dizemos que se trata de uma “iniciativa de economia solidária”. E chamamos esta maneira de governar o negócio, com a responsabilidade e a participação de todo mundo, de “autogestão”. Autogestão quer dizer: os “gerentes” do negócio são os próprios trabalhadores.

Há um número muito grande de “falsas cooperativas” e de “falsas associações”, também. Às vezes, o negócio é chamado de cooperativa apenas para pagar menos impostos e acaba tendo um espertalhão (ou um pequeno grupos de espertalhões) que controla e explora todo mundo. Mas neste caso, não tem “economia solidária”, pois a solidariedade passou correndo por ali. Outras vezes, depois que o negócio dá certo, os sócios resolvem contratar trabalhadores assalariados, e lá vai a solidariedade pelo ralo outra vez...

Mas nós estamos falando das verdadeiras iniciativas de economia solidária. daquelas em que tudo é dividido (trabalho, poder de decisão, resultados econômicos, conhecimento etc.) e as brigas e os conflitos são resolvidos de forma democrática, por todos.

Bem, é provável que você fique surpreendido/surpreendida pelo número de iniciativas de economia solidária que já existem por aí. É claro que perto do número de empresas particulares, ainda são poucas

as iniciativas solidárias. Mas elas vêm crescendo pelo Brasil afora, e não só no Brasil, mas em todos os países que têm uma economia parecida com a nossa, com os mesmos problemas, como a citada Argentina.

Já existe no Brasil, por exemplo, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão – a Anteag. Ela reúne mais de 250 empresas em todo o Brasil, dos mais diversos tamanhos e de diferentes ramos de produção, que somadas chegam a aproximadamente 50 mil trabalhadores. Já existe também a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – a Concrab. Ela reúne 40 mil famílias de agricultores que eram “sem-terra” e que foram assentados pela Reforma Agrária.

Também existe a OCB – Organização das Cooperativas do Brasil, que reúne quase 6 milhões de cooperados em todo país. Mas nesse caso, é preciso ter cuidado: apenas um pequeno número das cooperativas filiadas à OCB são autogestionárias, isto é, podem ser consideradas “iniciativas de economia solidária”; as restantes são parte das “falsas cooperativas” de que já falamos. Nós não temos números precisos sobre estas cooperativas da OCB, mas se a gente considerar que apenas 1 entre cada 20 desses 6 milhões de cooperados pertence a uma iniciativa de economia solidária, ainda assim seriam mais 300 mil trabalhadores autogestionários.

Viu só? Não são tão poucos. Mas você ainda há de perguntar: mas então onde estão estas tais “iniciativas”? Ora, apenas na região de Campinas, existem dois assentamentos de terra que já começam a se organizar como cooperativas. Já existem quase 15 cooperativas de recolhimento e seleção de lixo, duas ou três de costureiras, outras de construção civil, outras de reciclagem, de transporte alternativo (peruas), de produção de alimentos, e muitas outras ainda. Em outros lugares como no Nordeste ou no Sul do Brasil, o número é ainda maior.

Além disso, já existe gente que trabalha para ajudar estas iniciativas a se formarem. A Anteag, de que falamos há pouco, é um desses “apoios”. Existem também entidades vinculadas às Igrejas, como a Cáritas Brasileira. Tem também as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs), que funcionam nas universidades – a Unicamp tem a sua, aliás. Toda esta gente ajuda as iniciativas a buscarem as condições necessárias para que possam funcionar: acesso ao dinheiro necessário para começar (“crédito”), acesso aos

conhecimentos mínimos de que se precisa, busca de cooperação entre as várias iniciativas e por aí vai.

As prefeituras também ajudam. A de Campinas tem um “Programa de Economia Solidária” e há pouco tempo lançou o “Banco do Povo” para auxiliar as iniciativas, fazendo empréstimos a juros baixos, desde que o dinheiro seja usado para incrementar o negócio. Este também é o caso da Prefeitura de São Paulo. O Governo Lula, por sinal, também já está criando uma “Secretaria de Economia Solidária”, que vai funcionar no Ministério do Trabalho. E assim por diante.

E para começar, como faz? Não precisa muito não. Basta reunir um grupo e pedir ajuda para quem está por aí disposto a dar uma mão. Se você fizer parte de um grupo que quer formar uma iniciativa de economia solidária, procure a Secretaria de Desenvolvimento do seu município, ou a universidade mais próxima, ou dê uma ligada para a Anteag. Na Unicamp, a Incubadora de Cooperativas Populares pode ser encontrada pelo telefone 3788-4714. Se você não é de Campinas ou da região, procure a Anteag: (11) 3313-4230. Se não puderem auxiliar você, eles indicarão alguém que possa.

E então, e aquele papo de desemprego? Bem, a economia solidária ainda é pequena e está longe de resolver o problema do desemprego. Mas ela parece ser uma boa alternativa para quem não consegue resolver o problema sozinho e não pode esperar que as mudanças políticas façam tudo. Mesmo porque o apoio às iniciativas de economia solidária também é uma política de combate ao desemprego. Ela coloca pessoas em situação de produção e esta produção pode lhes dar a renda necessária para gerar outras ocupações.

Em resumo: se sozinho é difícil, vamos juntar nossos sonhos, que assim a gente tem mais chance. É como aquela música que diz assim: “sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só; mas sonho que se sonha junto, vira realidade”. Você conhece?

Questões para debate nas comunidades

6. A nova visão de saúde defendida pela Organização Panamericana e Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), como resultado de um equilíbrio físico, espiritual, social, cultural, ambiental e político, já é bem conhecida e aceita em nossa comunidade?
7. Quais as ações que podemos executar, em conjunto com a Universidade, com o poder público e com as entidades sociais, para que a nova visão de saúde seja defendida por todos membros da comunidade?
8. Da mesma forma, a nossa comunidade tem consciência do que é Educação Continuada, ou seja, de que todos nós estamos sempre aprendendo e ao mesmo tempo ensinando?
9. Quais os saberes, quais os conhecimentos que temos em nossa comunidade e que nós ainda não reconhecemos? Como essa sabedoria presente em nossa comunidade pode ser usada em nosso benefício?
10. Nossa comunidade está consciente da importância da Economia Solidária?

Referências Bibliográficas

ARNS, D.Paulo Evaristo (Apres.), Brasil Nunca Mais, 10a edição, Arquidiocese de São Paulo, Editora Vozes, Petrópolis, 1985

BAUMAN, Zygmunt, Globalização - As conseqüências humanas, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1999

BIONDI, Aloysio O Brasil privatizado - Um balanço do desmonte do Estado, 4a reimpressão, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, julho de 1999

CASSAB, Maria Erlinda Duckur, Programa Campinas Município Saudável, Prefeitura Municipal de Campinas, Campinas, maio de 1996

CASSAB, Maria Erlinda Duckur, Município de Campinas, Programas de Intervenção em Favelas (1971-1991), Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), Unicamp, Campinas, 1992

DOWBOR, Ladislau, O que é Poder Local, Editora Brasiliense, São Paulo, 1993

FREYRE, Gilberto, Casa Grande & Senzala, 39ª edição, Editora Record, Rio de Janeiro, 2000

FREYRE, Gilberto, Sobrados e Mucambos, 9ª edição, Record, Rio de Janeiro, 1996

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.), História geral da civilização brasileira – , Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, vários volumes

HOLANDA, Sérgio Buarque de, Raízes do Brasil, Companhia das Letras, São Paulo, 1999

HOLANDA, Sérgio Buarque de, Visão do Paraíso, Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro, Publifolha, 2000

MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald A armadilha da globalização - O assalto à democracia e ao bem-estar social, Editora Globo, São Paulo, 1998

MARTINS, José Pedro Soares, Campinas Ano 2000 – Metrópole, Globalização e Terceiro Setor, Campinas, 1999

MARTINS, José Pedro Soares, Vocação Solidária – Flashes da história da assistência social em Campinas, Funda o FEAC-Funda o Educar DPaschoal, Campinas, 1998

MARTINS, Wilson, História da Inteligência Brasileira, T.A Queiroz Editor, São Paulo, vários volumes

NABUCO, Joaquim O Abolicionismo, Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro, Publifolha, 2000

SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.), Violência em tempos de globalização, Editora Hucitec, São Paulo, 1999

SENNETT, Richard, A corrosão do caráter - Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo, Editora Record, Rio de Janeiro, 1999

SEVCENKO, Nicolau, A revolta da Vacina - Mentis insanas em corpos rebeldes, Editora Scipione, São Paulo, 1993

TEIXEIRA, José Roberto Magalhães, O processo de descentralização da Prefeitura de Campinas-SP, Quito, setembro de 1995